

A EDUCAÇÃO SUPERIOR UNIVERSITÁRIA FRENTE AOS DESAFIOS DAS MUDANÇAS DO MUNDO DO TRABALHO NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO

Paola Luciana Rodriguez Peciar¹

Resumo

Este artigo surge da inquietação quanto ao evento das mudanças no mundo do trabalho, a partir dos anos 70, em função do processo de reestruturação produtiva presente no contexto neoliberal, e suas repercussões no âmbito da educação superior universitária. Considera-se aqui, que a reflexão sobre o papel da educação superior e das universidades, nesse panorama de mudanças aceleradas, especialmente no tocante à produção de conhecimento e formação de recursos humanos, torna-se um importante desafio, não só para docentes e discentes preocupados com a qualidade do ensino e a formação dos cidadãos, mas como para a sociedade como um todo. Atualmente, evidencia-se o discurso de que, quanto maior o nível de educação formal de uma pessoa, maior suas habilidades cognitivas e, por conseguinte, sua produtividade. Conforme é tratado neste artigo, pode-se aferir que este pressuposto é fundamentado sobre as bases ideológicas da “Teoria do Capital Humano”. O investimento em “capital humano”, ou em educação formal, por parte do trabalhador, passou a constituir-se na “chave de ouro” para a resolução do enigma do subdesenvolvimento e das desigualdades sociais. Entretanto, através das contribuições dos autores escolhidos para a realização deste trabalho, é analisada e questionada a forma como as políticas de cunho neoliberal vem refletindo no ensino superior e redefinindo o papel da universidade, uma vez

¹ Paola Luciana Rodriguez Peciar. Titulação: Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM; Especialista em Educação Ambiental, UFSM; Bacharel em Turismo, Centro Universitário Franciscano – UNIFRA. Vinculação Institucional: acadêmica do curso de Ciências Sociais da UFSM. email: paola.peciar@gmail.com.

que as mesmas possuem como principal objetivo contribuir para o aumento da produtividade e da competitividade empresariais condizentes com a economia de mercado.

Palavras-chave: educação superior; universidade; mudanças no mundo do trabalho; neoliberalismo; teoria do Capital Humano.

Introdução

Atualmente há certo consenso de que no último quarto do século XX, as economias capitalistas passaram por um processo de transformação bastante intenso, sobretudo através das novas tecnologias da informação e das transformações organizacionais na estrutura da indústria e da gestão do trabalho, o que vêm impactando de forma significativa as exigências de formação dos trabalhadores.

O modo de produção capitalista sempre procurou aumentar os índices de produtividade e lucratividade na busca pela maior expansão do capital, o que sempre levou a maior exploração possível da força de trabalho.

Se o modo de produção baseado na organização fordista-taylorista mostrou-se, ao longo do século XX, como um dos instrumentos mais eficazes para as empresas no aspecto competitivo, esse cenário começa a sofrer alterações no final da década de 70 impulsionado pela Terceira Revolução Industrial que afeta estruturalmente a sociedade, impondo um modelo de relações econômicas e sociais distinto, no contexto do neoliberalismo.

As alterações nas relações e na organização do trabalho apontam na direção da substituição do paradigma fordista-taylorista por um modelo ainda em definição, com características de maior flexibilidade das linhas de produção.

Nesse sentido, cada vez mais se reconhece que, à base técnica do atual paradigma microeletrônico se associam ocupações que requerem conteúdo distinto, em termos de conhecimentos e habilidades, comparativamente à base tecnoeconômica do paradigma fordista/taylorista que vigorou do pós-guerra até meados da década de 70.

Segundo Dourado e Oliveira (1999), os cenários contemporâneos podem ser esboçados com base na compreensão inter-relacionada de três matrizes fundamentais: a revolução tecnológica, o processo de globalização e o projeto neoliberal.

Fazendo-se uma análise destas questões, verifica-se que as mudanças no mundo do trabalho e da produção delineiam-se como problemática central, especialmente no tocante das demandas de alteração dos perfis profissionais e seus desdobramentos no papel da universidade.

Tais questões tornaram-se, assim, mais evidentes com a redefinição do papel do Estado e das políticas públicas, que adquiriram a partir dos anos 90, um enfoque neoliberal, aliado ao discurso de que a superação dos problemas em questão passa pela exigência de um novo perfil de trabalhador e, conseqüentemente, de um novo modelo de formação profissional, o que vem ocasionando novos desafios e questionamentos no âmbito da discussão sobre as funções da educação superior universitária.

Da relação entre a Educação Superior Universitária e os desafios das mudanças no mundo do trabalho no contexto neoliberal

As profundas mudanças no capitalismo mundial, sobretudo nas últimas décadas, recriam o mercado global sobre novas bases, impondo um modelo de liberdade econômica, de eficiência e de qualidade, como mecanismo balizador da competitividade prevalecente no mundo dos negócios.

Neste enfoque, a abertura da economia, meta prioritária do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), cedeu lugar, no seu segundo governo, à

reforma da legislação trabalhista, objetivando a flexibilização do trabalho, especialmente das garantias trabalhistas. É nesse contexto que podemos entender o processo de reforma educacional que objetiva a flexibilização da formação nos cursos de graduação para uma adaptação permanente a cada nova realidade do mercado.

Conforme Cunha (2003), a partir de janeiro de 1995, o governo federal empreendeu uma intensa atividade reformadora no campo educacional em todos os níveis e modalidades. Para isso, foi emendada a Constituição e promulgada uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e baixadas leis e decretos sobre os mais diversos aspectos.

Segundo Ramos (2001), essas políticas e reformas educacionais desencadeadas pelo Ministério da Educação e Desportos (MEC), fundamentalmente, presentes nas reformas educativas no Brasil, a partir da década de 90, consolidam os propósitos dos organismos internacionais, de modo que os sistemas de ensino devam se tornar mais diversificados e flexíveis, objetivando maior competitividade.

Uma das finalidades dessa política educacional, de acordo com Santos (2003) é a de qualificar a força de trabalho para o exercício das funções exigidas pelas diversas ocupações na produção. Essa qualificação deve ser compatível com a complexidade tecnológica que caracteriza o mundo do trabalho nos dias atuais.

Isto implica em afirmar que a adaptação da educação às necessidades da produção no contexto neoliberal, virou palavra de ordem no tocante ao processo de globalização, especialmente para as chamadas economias emergentes, o que vem sendo apresentado como processo benéfico e necessário, através dos princípios da flexibilização. Conforme Azevedo (1999):

Vivemos, é certo, tempos de transição cultural. A fragmentação cultural é vasta e profunda, estamos perante novos desfasamentos entre economia, cultura, sociedade e política. As incoerências entre estas facetas sociais parecem crescer sem controle. Há uma aceleração da mudança social, a globalização não cessa de

progredir, as novas técnicas de informação e comunicação não param de alterar o nosso cotidiano, a imprevisibilidade dos dias que se avizinham não pára de crescer, os esperados sentidos que assinalamos à história desfizeram-se em bifurcações insuspeitadas. Neste contexto, pensar a educação e a formação torna-se tarefa muito complexa (AVEZEDO, 1999, p.4).

Catani, Dourado e Oliveira (2001, p. 4), retratando o processo de reconfiguração da educação superior no Brasil, evidenciam que vivemos uma conjuntura histórica permeada por cenários complexos e contraditórios, especialmente no que tange às transformações no mundo do trabalho. Para os autores:

A acumulação flexível confronta a rigidez do fordismo. Ela se apóia, segundo Harvey, “na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”. Ela se caracteriza pelo surgimento de novos setores de produção, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, inovação comercial, tecnológica e organizacional, aumento da competição e da utilização das novas tecnologias produtivas. O mercado de trabalho sofre uma radical transformação, valendo-se de regimes e de contratos de trabalho mais flexíveis através, por exemplo, da adoção do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado. O conhecimento tornou-se também mercadoria-chave no estabelecimento de vantagem competitiva e, por isso, vem sofrendo processos mais acentuados de subordinação ao capital.

Considerando esta colocação é possível afirmar que o conhecimento torna-se mercadoria, tendo em vista que o mercado torna-se o princípio fundador, unificador e autorregulador da sociedade em todas as suas instâncias. A sociedade é entregue às forças da concorrência, como princípio de organização social. Tal modelo vem servindo também para minimizar a ação do Estado, limitando, quase sempre, seu raio de ação em termos de políticas públicas, como no caso das políticas educacionais.

Segundo Dourado e Oliveira (1999), as transformações no mundo contemporâneo redimensionam o papel social da educação e das instituições educativas, uma vez que questionam, particularmente, o papel da escola como agência de formação para o mundo do trabalho e para a vida societária.

Frigotto (1998) aponta que organismos internacionais, particularmente o Banco Mundial, e instituições nacionais (MEC, Ministério de Ciências e Tecnologia) difundem, em seus documentos de orientação para as políticas educacionais, uma “nova linguagem” que

articula a função da educação e do conhecimento aos objetivos do novo paradigma produtivo.

Sobre isso o autor salienta:

Parece-nos importante demonstrar primeiramente que os novos conceitos abundantemente utilizados pelos homens de negócio e seus assessores – globalização, integração, flexibilidade, competitividade, qualidade total, participação, pedagogia da qualidade e a defesa da educação geral, formação polivalente e “valorização do trabalhador” – são uma imposição das novas formas de sociabilidade capitalista tanto para estabelecer um novo padrão de acumulação quanto para definir as formas concretas de integração dentro da nova reorganização da economia mundial (FRIGOTTO, 1995, p.40).

Essas questões levam a refletir sobre qual deve ser o papel da educação superior e das universidades nesse panorama de mudanças aceleradas, especialmente no tocante à produção de conhecimento e formação de recursos humanos.

Conforme Frigotto (1998), a educação superior parece ser chamada a contribuir em duas tarefas que historicamente constituem funções básicas da universidade: conhecimento e formação, ou produção do conhecimento e formação profissional. Essas duas funções promovidas pela educação são consideradas, atualmente, fundamentais, para a inserção de qualquer país no processo competitivo no mundo globalizado.

Afirma-se, desse modo, que o bem econômico mais importante de qualquer país, será cada vez mais, o capital intelectual que ele produz, criando-se o consenso de que esse deve ser o papel fundamental da educação: o de possibilitar a formação de cérebros que permitam tornar a economia cada vez mais competitiva. Sobre essas questões Brito (1999) formula alguns questionamentos:

Isto significa reconhecer a educação como meio estratégico para modernizar a economia nacional, capacitando a força de trabalho para permitir maior competitividade internacional. Estabelece-se, deste modo, estreita interdependência entre o projeto de modernização e os novos rumos da educação. Há fundamento nessa concepção de uma única concepção sobre qual o papel da educação na sociedade contemporânea? Até que ponto o imaginário do consenso não tem contaminado a elaboração de políticas educacionais para todos os níveis de ensino? (BRITO, 1999, p.23).

Dessa forma, vê-se que o atual processo de reestruturação produtiva cria um contexto de novas exigências, demandas e desafios à educação, em especial a educação superior, intensificando o debate internacional na área, ao expor políticas educativas e temas polêmicos, com destaque para as “novas missões” e funções da educação superior.

De acordo com Neves e Fernandes (2002), esse novo paradigma produtivo de acumulação flexível apresenta também consigo alterações nas relações sociais em seu conjunto, provocando mudanças na maneira de pensar, sentir e agir do homem contemporâneo.

Para Lander (2001) essa questão nos coloca diante de dilemas éticos e políticos que, sendo relativos à própria atividade universitária, não podemos de nenhuma forma evitar. Estar-se-ia, assim, passando de uma economia de mercado a uma sociedade de mercado. Em lugar de a economia estar enquadrada nas relações sociais, são as relações sociais que estão enquadradas pelo sistema econômico. Em lugar de indagam-se os agentes, os interesses, as estratégias, as forças que incidem sobre os extraordinários processos de transformação que ocorrem no mundo atual, naturalizam-se esses processos, sob os epítetos de modernidade ou globalização, em uma descrição de mundo no qual ou desapareceram os sujeitos, ou o único sujeito que resta realmente é o consumidor, (LANDER, 2001).

Esse novo estágio de processo civilizatório, que inaugura um novo nexo entre ciência, vida e trabalho e, entre saber e poder, vem requerendo a formação de intelectuais de novo tipo, repercutindo nas reformas dos sistemas educacionais no mundo e também no Brasil:

A política neoliberal de educação escolar quer na educação básica, quer na educação superior, passa a ter como objetivo fundamental contribuir para o aumento da produtividade e da competitividade empresariais, prioritariamente dos setores monopolistas, de capital estrangeiro. À escola brasileira na atualidade cabe, em boa parte, desenvolver competências para a execução de tarefas simples e complexas da produção, no aparato estatal e também na sociedade civil, que venham a garantir a reprodução ampliada do grande capital. A educação superior, por sua vez, passa a ter como prioridades, a partir de então, capacitar a força de trabalho para adaptar a

tecnologia produzida no exterior e conformar este novo trabalhador qualificado às novas exigências da cultura empresarial, especialmente no que tange à aceitação, como naturais, das desigualdades sociais, da competição acirrada entre indivíduos, grupos e classes e da perda dos seus direitos, conquistados ao longo da História (NEVES e FERNANDES, 2002, p.26).

Refletindo sobre a dimensão sócio-econômica da noção de “competência” hoje enfatizada, e suas implicações na construção de um novo profissionalismo, Ramos (2001) alerta que este processo contribui para uma transformação substancial do sentido da integração do projeto pessoal desejado pelos indivíduos a um projeto de sociedade. Segundo a autora, as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais que ocorreram a partir da década de 70, modificaram substancialmente o sentido dessa integração.

É nesse sentido, que a importância da educação deslocou-se do projeto de sociedade para o projeto das pessoas, constituindo-se no projeto de desenvolvimento de uma personalidade autônoma e flexível. Assim, tem-se o novo saber-ser, adequado às circunstâncias de empregabilidade, ou mesmo, um novo profissionalismo.

No contexto do capitalismo globalizado, educação e conhecimento são tidos como força motriz e eixos da transformação produtiva e do desenvolvimento econômico. Sob essa ótica, o investimento em capital intelectual aparece como estratégico para a obtenção de vantagens competitivas e este ideário é enfatizado pela Teoria do Capital Humano².

Segundo a Teoria do Capital Humano, conforme esclarece Oliveira (2001), o aumento do nível de escolarização viria a contribuir diretamente para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, em função do aumento de renda que decorreria, diretamente, da sua melhor

² Shultz, um dos pioneiros da divulgação da teoria do capital humano, que lhe valeu o Prêmio Nobel de Economia em 1979, apontou que o componente da produção, decorrente da instrução, é um investimento em habilidades e conhecimentos que aumenta futuras rendas e, desse modo, assemelha-se a um investimento em (outros) bens de produção. Os primeiros trabalhos produzidos nos EUA por Shultz, baseados na Teoria do Capital Humano, como ele mesmo declara, nascem sob a preocupação de entender os fatores que influenciam o aumento da produtividade. Para Shultz, a educação é o principal capital humano, enquanto concebida como produtora de capacidade de trabalho. Neste sentido, a educação seria um investimento como qualquer outro, reduzindo-se a um fator de produção, como uma máquina ou um insumo qualquer, voltada para os ditames do mercado. In: Frigotto (1989).

qualificação para o mercado de trabalho. Em suma, o incremento da produtividade, decorrente do aumento na capacitação do trabalhador levaria a que o indivíduo também se beneficiasse pelo aumento dos seus salários.

Para Frigotto (1989), no âmbito educacional e pedagógico, a teoria do capital humano vai ligar-se a toda a perspectiva tecnicista que se encontra em pleno desenvolvimento na década de 50. A visão do capital humano vai reforçar toda a perspectiva da necessidade de redimir o sistema educacional de sua “ineficiência”.

Assim, a perspectiva tecnicista ofereceria a metodologia ou a tecnologia adequada para construir o processo educacional como um investimento, ou seja, na educação como geradora de um novo tipo de capital, o capital humano. Frigotto (1989) afirma que é desse modo que a teoria do capital humano vai esconder, sob a aparência de elaboração técnica, sua função principal – ideológica e política.

Nesta ótica, autores críticos dessa teoria atestam que a nova “função social” da educação superior segue os ditames da lógica do mercado. É por isso, que atualmente surgem “expressões de mercado”, como a flexibilidade e a polivalência no plano educativo como e de empregabilidade no plano do trabalho, entendendo-se empregabilidade, não como garantia de emprego, mas como possibilidade para tal. Nesse mesmo sentido, Sacristán (1996) aponta que as exigências do eficientismo vêm repercutindo também na cultura moderna dos currículos da universidade, uma vez que o saber não é mais válido na medida de sua capacidade de formar pessoas, mas na medida em que possa produzir coisas e controlar processos naturais e sociais. Entretanto, apesar da maior demanda por escolaridade, em especial pelo ensino superior, efetivamente a luta para a obtenção de um emprego nos dias atuais não está fácil, vide as elevadas taxas de desemprego.

Segundo Ramos (2001), estes novos signos e significados, como a nova função social da educação, presentes na cultura contemporânea, vêm desempenhando um papel na

representação da sociedade quanto à forma dos trabalhadores localizarem-se e moverem-se diante a nova lógica do capital. De modo geral, no contexto atual do mundo do trabalho, é bem provável que o indivíduo mude algumas vezes de profissão ao longo de sua trajetória profissional. Nesse sentido Catani e Oliveira (2003, p. 119) complementam a afirmação:

Com exceção de carreiras mais específicas (por exemplo: medicina e odontologia, dentre outras), o curso escolhido tem importância relativa, devendo o futuro profissional ir cuidando de sua formação, fazendo outros cursos de especialização, estágios e adquirindo novas habilitações. Ou seja, o profissional deverá ter como principal objetivo aprender, isto é, ele precisa aprender a aprender. Nenhuma instituição de ensino superior, nenhuma escola ou faculdade, tem condições de preparar um profissional totalmente “acabado” para o mercado de trabalho. Numa época em que o mercado torna-se extremamente mutável, o que hoje está em alta em poucos meses ou anos poderá ter se transformado por completo.

A lógica do sucesso dos resultados imediatos passou a ser o critério exclusivo da normatividade do saber, isto é, ocorreu a absolutização da racionalidade técnica, que passou a ser considerada como único saber produtivamente válido. Nesses termos, a principal consequência da razão reduzida ao procedimento técnico-instrumental é o fato de ela pôr em risco as próprias conquistas da racionalidade moderna: os ideais de universalidade, de individualidade e de autonomia, sobre essa questão, Dalbosco (1998, p. 20) acrescenta:

A lógica custo-benefício, quando absolutizada, é perigosa e inadequada, pois desfaz os aspectos básicos que constituem a própria identidade da universidade – como o caráter universalista e mediato do saber. Além disso, tal lógica é redutora, pois restringe a ação da universidade ao critério do lucro e da utilidade do saber.

Juntamente a essas questões, análises acadêmicas e as denúncias políticas da crise universitária sobre os efeitos desagregadores das políticas neoliberais, admitem que estas têm produzido um processo de precarização do espaço público nas universidades latino-americanas diante das “recomendações” do Banco Mundial a serem embutidas nas políticas educacionais subordinadas ao ajuste econômico e de reforma do Estado.

Trindade (2001) explica que este processo teve início na década de 80 na Inglaterra, no governo conservador de Margareth Thatcher. Foi ali que começaram as políticas no campo do ensino superior que alteraram as regras tradicionais do financiamento universitário e impuseram hierarquias no interior e entre as universidades por meios de processos de avaliação, dando início a um período fundador do neoliberalismo no campo universitário em escala mundial que possuem repercussão até os dias atuais.

A universidade, como parte da totalidade nacional e sujeita como as demais instituições às mudanças de toda ordem, não pode ser vista como uma organização meramente técnica. Tanto sua organização como a realização de suas funções depende de decisões políticas. Nem em relação à ciência e à pesquisa mais pura existe uma neutralidade política. Sobre esse assunto, Paviani (1984, p. 103) comenta:

Na realidade, o problema é mais amplo. O não reconhecimento da função social da educação superior é apenas reflexo de não se reconhecer a função social das profissões de nível superior: elas são consideradas como forma de realização econômica individual, como instrumento de prestígio, como meio de elitização, em suma. Soma-se a isso que, como as novas profissões criadas visam o desempenho de funções técnicas, a formação humana tende a ocupar sempre menos lugar na educação superior brasileira. Essa formação é, no entanto, absolutamente necessária para que o profissional se torne capaz de colocar a técnica a serviço dos homens, sem risco de usá-la contra os homens. Numa Universidade tecnológica, não cabe o pensamento crítico e, portanto, a reflexão globalizante sobre o homem e a sociedade. Pensamento e reflexão são vitais para o desenvolvimento como a própria tecnologia.

Dessa forma, a legitimidade da formação profissional oferecida pela universidade é profundamente afetada, uma vez que ela não consegue, com a rapidez que a “sociedade do conhecimento” requer realizar a preparação da mão-de-obra qualificada que o mercado solicita, fato que, na opinião de Leite (1997, p. 149) acarreta dois problemas:

O primeiro deles diz respeito à indecisão da juventude sobre a carreira a escolher [...]. Os mercados tornam-se restritos em face da globalização da economia e seus reflexos no mundo em desenvolvimento. Carreiras tecnológicas, agrárias e da terra estão restritas; idem à carreira docente, especialmente pelos baixos salários oferecidos. Portanto, como escolher? Outro problema diz respeito à hegemonia dessa formação, outrora privilégio da universidade. Pois não são as empresas mais ágeis e capazes para formar os profissionais de que precisam?

Com a aceleração do processo industrial, Síveres (2006) destaca que as universidades começaram a colocar o seu potencial criativo na direção de um aperfeiçoamento tecnológico, buscando responder às demandas do mercado. A partir de então, não só a pesquisa científica se voltou para esse segmento da sociedade, mas o ensino assumiu uma característica de especialização. Além do ensino profissionalizante e da pesquisa tecnológica, a universidade começou a interagir com a sociedade por meio da prestação de serviços, definindo-se de forma bastante limitada às funções acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão. O problema emergente é que a ciência se colocou a serviço dos seus próprios fins e não como um meio para atingir fins mais elevados e mais humanos.

Referendando essa ideia, Santos (2005) ressalta o desvirtuamento do papel social da universidade frente à pressão produtivista, até porque certos objetivos que lhe poderiam estar mais próximos têm visto esvaziados de qualquer preocupação humanista ou cultural. É o caso da educação permanente, que tem sido reduzida à educação para o mercado permanente. Do mesmo modo, a maior autonomia que foi concedida às universidades não teve por objetivo preservar a liberdade acadêmica, mas criar condições para as universidades se adaptarem às exigências da economia. Tudo isto em nome da ideologia da educação centrada no indivíduo e da autonomia individual.

Considerações finais

O cenário da contemporaneidade pode ser retratado através do entendimento do processo de revolução tecnológica e reestruturação produtiva, ocorrido a partir dos anos 70, bem como do complexo processo de globalização e do projeto neoliberal.

Pelo caminho da compreensão inter-relacionada de tais processos, verifica-se que as mudanças do mundo do trabalho e da produção delineiam-se como problemática central, especialmente no processo de demanda por novos perfis profissionais e seus desdobramentos no papel da Universidade e nas políticas para o ensino superior.

Tais desafios tornam-se mais evidentes com a redefinição do papel do Estado e das políticas públicas, que adquiriram a partir dos anos 1990 uma faceta (neo) liberal, aliado ao discurso de que, a superação dos problemas em questão passa pela a exigência de um novo perfil de trabalhador e, por conseguinte, de um novo modelo de formação profissional.

Conforme ressaltou a literatura presente neste artigo, espera-se que a educação de modo geral, e a educação superior universitária de modo particular, desempenhem o papel de viabilizar ao educando e futuro trabalhador, a apropriação de conhecimentos que permita, preponderantemente, a sua adaptação à flexibilidade do novo padrão de produção.

Isto implica em afirmar que a adaptação da educação às necessidades da produção virou palavra de ordem no tocante ao processo de globalização, sobretudo nos países subdesenvolvidos, alterando a identidade própria da universidade e sua singularidade como instituição social, atingindo sua autonomia acadêmica através da supervalorização das áreas de investigação tecnológica subordinadas aos critérios próprios da indústria.

Nesse contexto aloja-se o paradoxo da questão da autonomia na definição dos valores e objetivos da universidade e a pressão crescente para submetê-la a critérios de eficácia e de produtividade de natureza empresarial, uma vez que a universidade está sendo convocada a uma participação mais ativa na luta pela produtividade industrial através do incentivo concentrado na investigação tecnológica.

Tudo indica que essa pressão produtivista torna-se assim, um dos grandes desafios da educação superior, pois ela questiona a função social da universidade, incentivando preponderantemente áreas dentro da instituição que possam produzir conhecimentos que gerem uma maior lucratividade para a “sociedade de mercado”.

LA EDUCACIÓN SUPERIOR UNIVERSITARIA FRENTE A LOS DESAFÍOS DE LOS CAMBIOS EN EL MUNDO DEL TRABAJO EN EL CONTEXTO DEL NEOLIBERALISMO

Résumé

Este artículo surge de la preocupación en relación a los cambios en el mundo del trabajo, ocurridos a partir de los años 70, relacionados al advento de reestructuración productiva presente en el contexto neoliberal, y sus repercusiones en el ámbito de la educación superior universitaria. Se considera aquí, que la reflexión sobre la función de la educación superior y de las universidades, en este panorama de cambios acelerados, especialmente en relación a la producción del saber y la formación de recursos humanos, es un importante desafío, no solamente para docentes y discentes preocupados con la calidad de la enseñanza y de la formación de los ciudadanos, pero como para la sociedad como un todo. Actualmente se nota presente el discurso de que cuanto mayor el nivel de educación formal de una persona, mayor serán sus habilidades cognitivas y, por consecutivo, su productividad. Conforme se trata en este artículo, se puede evaluar que este presupuesto es basado en la ideología de la “Teoría del Capital Humano”. La inversión en “capital humano” u en educación formal, por parte del trabajador, pasó a constituirse en la “llave de oro” para la solución del enigma del subdesarrollo y de las desigualdades sociales. Sin embargo, por las colocaciones de los autores elegidos para la realización de este trabajo, se analiza y se cuestiona la forma con que las políticas neoliberales vienen reflejando en la enseñanza superior y determinando la función de la universidad, una vez que el principal objetivo de estas es el de aportar en el aumento de la productividad y de la competitividad de acuerdo a la economía de mercado.

Palabras-clave: educación superior; universidad; cambios en el mundo del trabajo; neoliberalismo; teoría del capital humano.

Referências

AZEVEDO, Joaquim. **A educação básica e a formação profissional face aos novos desafios econômicos**. Palestra realizada no III Seminário para Altos Directivos de las Administraciones Educativas – Organización dos Estados Iberoamericanos (OEI), Cuba, Havana, 1999. Disponível em: <www.joaquimazevedo.com>. Acesso em: 12 jun. 2008.

BRITO, Vera Lucia Alves de. Autonomia Universitária: Luta Histórica. In: CATANI, Afranio Mendes; DOURADO, Luis Fernandes (orgs.). **Universidade pública: política e identidade institucional**. 23-40. Campinas: SP: UFG. 1999.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira. Acesso e permanência no ensino superior: capacidades, competição e exclusão social. In: FAZENDA, Ivani; SEVERINO, Antonio (orgs.). **Políticas educacionais: o ensino nacional em questão**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

CATANI, Afrânio Mendes; DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. Mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular nos cursos de graduação no Brasil. **Educação & Sociedade**, ano XXII, 75, Agosto/2001. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/es/v22n75/22n75a06.pdf2005>. Acesso em: 09 de junho de 2008.

CUNHA, Luis Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 Anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 3. ed. 2003.

DALBOSCO, Cláudio Almir. Desafios postos pela modernidade à universidade. In: TELMO, Marcon. **Educação e universidade, práxis e emancipação: uma homenagem a Elli Benincá**. p.13-26. Passo Fundo: Ediup, 1998.

DOURADO, Luis Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira. Políticas Educacionais e Reconfiguração da Educação Superior no Brasil. In: CATANI, Afranio Mendes; DOURADO, Luis Fernandes (orgs.). **Universidade pública: política e identidade institucional**. p. 5-22. Campinas: SP: UFG. 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista**. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. Educação e Formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 3. ed. p.31-92. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

LANDER, Edgardo. Conhecimento para quê? Conhecimento para quem? Reflexões acerca da geopolítica dos saberes hegemônicos. In: GENTILI, Pablo (org.). **Universidades na penumbra**: neoliberalismo e reestruturação universitária. São Paulo: Cortez, 2001.

LEITE, Denise. Aprendizagens do estudante universitário. In: LEITE, Denise; MOROSINE, Marília (orgs.). **Universidade futurante**: produção do ensino e inovação. Campinas, SP: Papirus, 1997.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; FERNANDES, Romildo Raposo. Política Neoliberal e Educação Superior. In: NEVES, Lucia Maria (org.). **O empresariamento da educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002. p. 21-40.

OLIVEIRA, Ramon. A Teoria do Capital Humano e a Educação Profissional Brasileira. In: **Boletim técnico do SENAC**, v. 27, jan. abril, 2001.

PAVIANI, Jayme. **A universidade em debate**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1984.

RAMOS, Marise. A noção de Competência como ordenadora das relações educativas: Implicações Curriculares. In: II ENCONTRO ESTADUAL DAS ESCOLAS TÉCNICAS. 2001, Porto Alegre. **Anais do II Encontro Estadual das escolas técnicas**. Educação profissional: desenvolvimento sustentável, trabalho e cidadania. Porto Alegre, RS, Brasil: 2001. p. 53-7.

SACRISTÁN, J. Gimeno. Escolarização e Cultura: A Dupla Determinação. In: SILVA, Luiz Eron. (org.). **Reestruturação Curricular**: novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais. Porto Alegre: Sulina, 1996. p34-57.

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2005.

SÍVERES, Luiz. **Universidade**: torre ou sino? Brasília: Universa, 2006.

TRINDADE, Héglio. **As Metáforas da crise**: da universidade em ruínas às universidades na penumbra na América Latina. In: GENTILI, Pablo (org.). **Universidades na penumbra**: neoliberalismo e reestruturação universitária. São Paulo: Cortez, 2001.

Data de recebimento: 20/09/2009

Data de aceite: 14/10/2009